

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA AVALIAÇÃO ESCOLAR, EM EDUCAÇÃO INFANTIL

Cristina Aparecida Colasanto

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
criscolasanto@yahoo.com.br

Marilice Pereira Ruiz do Amaral Mello

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
m.marmello@uol.com.br

Resumo: Este trabalho visa apresentar uma proposta de inclusão e envolvimento dos familiares dos alunos na elaboração do relatório de avaliação escolar, utilizado em uma escola municipal de educação infantil em São Paulo, no qual, fundamenta-se em uma escola democrática, a avaliação como um instrumento de mediação do processo de ensino-aprendizagem. Os participantes da pesquisa foram familiares de alunos da faixa etária de 4 anos e professores. Os resultados demonstram a necessidade de analisar a linguagem materializada no relatório de avaliação, a fim de que os familiares dos alunos se tornem co-enunciadores desse trabalho.

Palavras-chave: avaliação; escola democrática; educação infantil.

O ato de avaliar envolve a relação de poder entre professor e aluno (de quem avalia e de quem é avaliado), como também revela a filosofia de trabalho da instituição escolar, a concepção de ensino-aprendizagem de cada professor.

Toda essa atividade pode ser materializada na escolha do instrumento de avaliação a ser utilizado no decorrer do ano letivo. Na educação infantil, com frequência, as escolas optam pelo relatório de avaliação, descrito pelo professor da turma, e os familiares costumam participar apenas do produto final, ou seja, quando a avaliação está finalizada.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta de inclusão e envolvimento dos familiares dos alunos na elaboração do relatório de avaliação escolar, utilizado em uma escola municipal de educação infantil em São Paulo.

Para tanto, a pesquisa fundamenta-se na perspectiva de escola democrática, cujo foco está na participação de todos os membros da comunidade escolar – alunos e seus pais/ familiares, professores, funcionários e direção. Além de buscar a participação interna, a escola pode também estabelecer parcerias com organizações comunitárias e associações do entorno da escola.

De acordo com os autores Apple, Beane (2001) as escolas democráticas não surgem por acaso, elas se resultam pelos acordos e oportunidades que evidenciem a democracia, com a criação de estrutura e processos democráticos, dos quais a vida escolar se realize.

No tocante à avaliação, especificamente, da Educação Infantil, na LDBEN nº 9394/96, Seção II, artigo 31 salienta que: “... a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fun-

damental". Dessa forma, a Lei é clara, no sentido de impedir que se façam testes com crianças para condicionar o acesso ao Ensino Fundamental, como também surge várias possibilidades de instrumentos de avaliação, como fichas, relatórios, portfólios e etc.

Além de acompanhar o processo de ensino aprendizagem, a avaliação ocupa papel de mediação, neste sentido as intervenções do professor e avaliação atuam na Zona de Desenvolvimento Proximal dos alunos, a fim de proporcionar novos desafios e conhecimentos sistematizados para que o aluno avance na aprendizagem (Vygotsky, 1998).

Ao contemplar a mediação, a avaliação pode se constituir por uma linguagem de cunho argumentativo (Liberali, 2001), na qual propiciaria ou organizaria a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem das crianças. Além de comunicar aos pais e/ou professores da série seguinte o desenvolvimento da criança na escola, relatando suas conquistas, dificuldades, e intervenções pedagógicas, fazendo desse material, um instrumento capaz de mediar o processo de ensino-aprendizagem, pois mostraria, de fato, o desenvolvimento desse processo e das crianças na escola.

No cerne desta questão, os participantes da pesquisa foram 35 familiares de alunos da faixa etária de 4 anos e a professora da turma, de uma escola municipal de educação infantil, localizada na periferia de São Paulo. A elaboração do relatório de avaliação e seus respectivos critérios foram discutidos com os familiares dos alunos, durante um ano letivo.

Os resultados da pesquisa revelaram a possibilidade de incluir os familiares dos alunos na compreensão do relatório de avaliação, para tanto, tornou necessário a transformação e adaptação da linguagem do relatório, para que os familiares pudessem ser co-enunciadores deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W.; BEANE, J. A. (Orgs.) *Escolas democráticas*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- VYGOTSKY, L. S. (1930-5) *Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 6ª ed., 1998.
- LIBERALI, F. C. As linguagens da reflexão. In Magalhães, M. C. C. *A formação do professor como um profissional reflexivo*. Coleção Linguística Aplicada. São Paulo: Educ, 2001.